



Lupi admite viagem em avião de ONG, mas nega ter mentido

Em três horas de depoimento ontem, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, falou sobre suspeitas de irregularidades na pasta, mas não convenceu senadores de partidos de oposição, que apresentaram novas denúncias

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, negou na Comissão de Assuntos Sociais que tenha mentido sobre sua relação com o presidente da ONG Pró-Cerrado,

Adair Meira, que mantém contratos com a pasta. Ele admitiu conhecer Meira, mas negou terem amizade. Mesmo os senadores do PDT, seu partido, estão divididos sobre

sua permanência no governo. Pedro Taques sugeriu o afastamento de Lupi para facilitar as investigações. Acir Gurgacz disse que o ministro saiu fortalecido da audiência. **3**



Gerardo Magela/Senado Federal

Carlos Lupi fala em audiência na Comissão de Assuntos Sociais, ao lado dos senadores Jayme Campos, Renan Calheiros e Kátia Abreu: "Esse ataque não se sustenta. Estou sofrendo um linchamento público"



José Cruz/Senado Federal

Relator na CMA, Jorge Viana (de óculos, entre Luiz Henrique e Rodrigo Rollemberg) adiou leitura de parecer para segunda

Novo Código Florestal recebe mais 60 emendas **5**

Pequeno agricultor deve ter benefício para máquinas

Comissão de Agricultura aprova isenção de IPI ao produtor familiar que adquirir equipamento ou veículo agrícola. **5**

Definição sobre royalties pode ficar para o ano que vem

Representantes de estados produtores e não produtores concordam em adiar a definição sobre divisão de recursos. **8**



Jane Araújo/Senado Federal

Objetivo é promover inclusão social com 150 mil vagas para qualificação

Senadores prestigiam plano de apoio a pessoa com deficiência

Lançamento do Plano Viver sem Limite, que terá R\$ 7,6 bilhões até 2014, contou com

a presença de diversos senadores, entre eles o presidente da Casa, José Sarney. **4**

Jovens senadores analisam as 23 proposições apresentadas

Hoje, a partir das 14h30, em sessão plenária, os 27 estudantes que participam do Projeto Jovem Senador analisam 20 projetos de lei e três PECs elaboradas a partir das suas sugestões **2**



Ana Volpe/Senado Federal

Projetos aprovados pelos finalistas de concurso devem ser enviados à CDH

Hoje, a partir das 14h30, haverá sessão plenária em que os estudantes votarão 20 projetos de lei e três propostas de emenda à Constituição

Jovens senadores analisam 23 proposições

OS 27 ESTUDANTES que participam das atividades do Projeto Jovem Senador analisam, em três comissões, as proposições resultantes das sugestões enviadas por eles em formulários de intenção legislativa. São 20 projetos de lei e três propostas de emenda à Constituição, que, ao final dos trabalhos, devem ser enviados para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Os jovens senadores, um de cada unidade da Federação, são os finalistas de concurso de redação promovido pelo Senado. Os estudantes têm entre 16 e 19 anos e cursam os últimos anos do ensino médio em escolas públicas. Como prêmio, além de *notebooks*, conquistaram o direito de atuar como senadores, elaborando proposições, em um "mandato" de três dias.

– As propostas nos surpreenderam pela qualidade. Os estudantes estão muito interessados, participando bastante. Perguntaram sobre processo legislativo, sobre o funcionamento das comissões e do Plenário – informou o consultor-geral do Senado, Paulo Mohn, que coordena os trabalhos.

Mohn informou que a maior parte das propostas trata de educação. A divisão dos colegia-



Estudantes finalistas de concurso de redação promovido pelo Senado examinam propostas legislativas elaboradas por eles mesmos: área de educação foi priorizada

dos foi feita com base nos projetos e PECs apresentados. As comissões, com nove alunos cada uma, tratam de Assuntos Sociais e Segurança; Organização e Funcionamento da Educação; e Gestão e Políticas da Educação. Ainda ontem, os estudantes votaram, em primeiro turno, as três PECs. O segundo turno e a votação dos 20 projetos estão marcados para hoje, quando se encerram as atividades previstas no programa. O início da sessão, no Plenário do Senado, está marcado para as 14h30.

Programa estimula participação política

O Programa Senado Jovem, amparado pela Resolução 42/10, permite que estudantes brasileiros conheçam o funcionamento do processo legislativo e estimula o relacionamento permanente dos jovens cidadãos com o Senado. O tema deste ano no concurso que escolheu os jovens senadores foi "O Brasil

que a gente quer é a gente quem faz". As redações serão publicadas em livreto produzido pelo Senado. As escolas receberão computadores, livros e DVDs.

Em reunião da Mesa do Senado, ontem, o presidente da Casa, José Sarney, demonstrou entusiasmo com a participação dos estudantes.

Ele parabenizou a secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra, e a equipe da Secretaria de Relações Públicas, que promoveram o projeto.

Além de atuarem como senadores, os estudantes participam, em Brasília, de atividades culturais, como as visitas à Feira do Livro e ao Centro Cultural Banco do Brasil.

Anibal Diniz ressalta importância da escrita para inclusão social

Anibal Diniz (PT-AC) homenageou os finalistas do IV Concurso de Redação do Senado, que tomaram posse ontem como jovens senadores. O senador assinalou que a expressão escrita é essencial para manifestar os "sentimentos em relação ao mundo", e que escrever clara e corretamente é meio de inclusão social.

– Hoje presenciamos esses jo-

vens talentosos de todo o Brasil, um representante de cada unidade da Federação, fazendo sua reflexão através da escrita sobre qual é o Brasil que nós podemos construir – disse.

No projeto, os melhores alunos de cada estado atuarão como jovens senadores durante três dias. Anibal Diniz fez especial homenagem ao representante do Acre, Alex Uiliam



Para senador, alunos fazem reflexão sobre o Brasil por meio da escrita Almeida, de Cruzeiro do Sul, e congratulou-se com o estudante e seus professores.

Concurso vai repor parte das aposentadorias

O concurso público para preenchimento de vagas no quadro de pessoal do Senado servirá para substituir parte dos servidores que se aposentaram – foram 652 desde 2008, dos quais 317 só neste ano –, explicou o presidente da Casa, José Sarney. A autorização para a seleção foi dada em ato do presidente (196/11) publicado na quarta-feira. A previsão é de preenchimento de 246 vagas inicialmente: 104 para nível técnico, 133 para analista e nove para consultor.

– Diversas áreas da Casa estão necessitando de pessoal para que não tenhamos nenhum hiato nos nossos trabalhos – disse.

Segundo o presidente da comissão especial criada para tratar do assunto, o consultor legislativo Davi Anjos Paiva, a data do concurso ainda não foi definida, mas a expectativa é de que seja no primeiro semestre de 2012.

– O primeiro passo é a escolha da banca. Assim que for escolhida, é preciso definir um prazo para que eles elaborem o edital e fixem a data da prova. Não temos um prazo para esse trabalho, mas, como o Senado precisa repor seus servidores o mais rápido possível, queremos que isso seja resolvido rapidamente – afirmou.

Paiva também disse que "o número de aposentadorias é muito maior do que o de vagas".

– A reposição não é ideal, mas é a possível no momento – avaliou.



Segundo José Sarney, processo de seleção procura evitar hiato nos trabalhos do Senado

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão destinada a discursos

9h Sem votação de projetos, a sessão é não deliberativa.

CMMC Clima nas metrópoles

8h30 Audiência pública regional promovida pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas para tratar das causas e consequências da mudança do clima relacionadas às grandes cidades.

Código Florestal Seminário para jornalistas

10h O Seminário Código Florestal e Sustentabilidade para Jornalistas será realizado com a participação de especialistas e senadores. Entre os palestrantes, o consultor nas áreas de florestas e mudanças climáticas Tasso Azevedo.

Dia da Bandeira Comemoração

12h Em comemoração ao Dia da Bandeira, o Senado promove o hasteamento do Pavilhão Nacional em frente à rampa do Palácio do Congresso.

CRA Audiência pública

14h Audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para avaliar e debater as atribuições dos órgãos de licenciamento e fiscalização, com vistas a dar segurança jurídica e transparência para os investimentos, bem como a eficácia e competência para a lavratura de autos de infração pelos órgãos ambientais. Entre os convidados, representantes do Ministério do Meio Ambiente, da Confederação Nacional da Indústria, da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil e do Ministério Público Federal.

Jovem Senador Encerramento do projeto

14h30 Sessão de encerramento, no Plenário do Senado, dos trabalhos legislativos do Projeto Jovem Senador.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Para a senadora, governos não cumprem legislação do setor

Ana Amélia cobra controle sobre ONGs

Ao comentar o depoimento do ministro Carlos Lupi à CAS, a senadora Ana Amélia (PP-RS) lembrou que ele é a quinta autoridade, neste ano, que presta explicações sobre denúncias de corrupção. Em sua opinião, isso acontece porque as ONGs se transformaram em um caminho fácil para o desvio de recursos, pois o governo realiza convênios sem o devido controle, criando ambiente propício a irregularidades.

– É preciso melhorar os mecanismos de controle dos repasses realizados pelo governo federal às instituições do terceiro setor, tão importantes na gestão dos recursos públicos quando operam com ética, responsabilidade e compromisso.

Para Ana Amélia, nos convênios firmados entre governo e ONGs não foi respeitado o marco regulatório do terceiro setor, que inclui a Lei 9.790/99, instituindo a possibilidade de as ONGs se qualificarem como organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips). De acordo com a legislação, as Oscips precisam prestar contas ao governo, sob pena de terem os contratos rescindidos.

A Lei 9.790/99 estabelece critérios para que uma ONG se torne Oscip e para o estabelecimento de contratos entre as organizações e o poder público. Com base nessa lei, o governo pode acompanhar o funcionamento das entidades e fiscalizar a utilização dos recursos por meio de compromissos que envolvem cumprimento de metas e avaliação de desempenho.

– Bastaria que a legislação existente fosse cumprida e teríamos evitado essa série de problemas envolvendo o mau uso dos recursos públicos. Bastaria que os governos reconhecessem o avanço promovido por governos anteriores.

Ministro do Trabalho diz a senadores que conhece dono de ONG que teria financiado avião para viagem ao Maranhão e garante que não mentiu na Câmara: “Eu disse que não tinha voado em seu avião pessoal, não me referi a táxi-aéreo”

Lupi nega ter mentido sobre amizade com empresário, mas admite voo fretado

O MINISTRO DO Trabalho, Carlos Lupi, negou ontem no Senado que tivesse mentido a deputados ao prestar esclarecimentos na Câmara sobre denúncias de corrupção e desvio de dinheiro público. Mas admitiu ter voado em avião fretado pelo empresário Adair Meira, presidente da ONG Pró-Cerrado, que mantém contratos de milhões de reais com o Ministério do Trabalho. Lupi falou durante três horas a senadores, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Aparentando calma, o ministro afirmou que não faltou com a verdade quando disse não ter relações pessoais com Adair.

– Em momento algum eu afirmei que não o conhecia. Nem me foi perguntado isso. Me indagaram se eu tinha relações pessoais com o senhor Adair ou se frequentava a casa dele. Eu disse que não mantinha e confirmo que não tenho relações pessoais com o empresário. Conhecer é diferente de manter relações pessoais – enfatizou.

O ministro disse ter sido vítima de falha de memória ao não relacionar o nome à pessoa no momento em que foi indagado pelo deputado.

– Não fiz teatro. Estava sob pressão para responder dez a 12

perguntas em sequência, então me socorri de um papel para relacionar o nome à pessoa. Já estive com ele em outros eventos públicos. O que há de errado nisso? Esse processo de ataque não se sustenta, estou sofrendo um linchamento público – disse.

O uso do avião

Em relação ao uso de avião supostamente financiado pelo empresário Adair Meira, em viagem ao Maranhão em dezembro de 2009, Lupi voltou a questionar a interpretação que foi dada a suas declarações.

– Eu disse que não tinha andado em seu avião pessoal, não me referi a táxi-aéreo. Gostaria de saber de que me acusam, pois a pessoa que a revista acusou de pagar pela aeronave já negou publicamente. Meu erro foi não checar devidamente. Quantos deputados e ministros, em seu trabalho, usam carros e helicópteros de quem não conhecem? Eu não pedi avião, não tenho como saber. Quem tem que explicar o pagamento dessa aeronave não sou eu – disse Lupi, que admitiu ter cumprido agenda partidária na ocasião da

viagem, cuja organização ficou a cargo do PDT maranhense.

Ao argumentar que suas declarações foram distorcidas pela imprensa, Lupi declarou que é preciso conferir as notas taquigráficas do depoimento que fez semana passada na Câmara.

O ministro argumentou também que, na ocasião da viagem, primeiramente embarcara em avião Sêneca e, no meio do percurso, como tem “dificuldades nos ouvidos por causa de pressurização”, teve de trocar de aeronave, embarcando então em um King Air.



Carlos Lupi dá explicações aos senadores em audiência da Comissão de Assuntos Sociais presidida por Jayme Campos (D)

Oposição rejeita argumentos do ministro e aponta outras denúncias

As explicações do ministro não convenceram os senadores da oposição. Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que Lupi mentiu na Câmara dos Deputados, cometeu crime de responsabilidade e agora está “subestimando a inteligência dos brasileiros”.

– Todos ouviram Vossa Excelência falar que não usou o avião. Agora diz que viajou, sim, no King Air. Seria mais digno pedir perdão por ter mentido.

Sua permanência no ministério compromete o governo de Dilma Rousseff. Se o senhor permanecer no cargo, ela estará sendo cúmplice – afirmou.

Os senadores questionaram também os valores recebidos como diária, pois Lupi cumpria agenda ministerial, mas admitiu ter compromissos partidários. Kátia Abreu (PSD-TO) informou que foram pagas três diárias e meias, no valor de R\$ 1.736,

quantia que não foi confirmada pelo ministro.

– Não tenho como dar detalhes agora; preciso verificar. Mas, se houver irregularidade, devolvo o dinheiro – disse Lupi.

A senadora ainda afirmou que a nota fiscal do aluguel da aeronave estaria num processo de prestação de contas de convênio da pasta com a Pró-Cerrado. Por isso, ela apresentou requerimento para que o ministro

apresente tal processo. O pedido deve ser votado na próxima reunião da CAS.

Demóstenes Torres (DEM-GO) lembrou que responsáveis pela ONG Oxigênio alegaram ter sido constantemente achacados por integrantes do PDT para a regularização de contratos. Lupi respondeu que abriu procedimento administrativo interno e pediu abertura de inquérito para a Polícia Federal.



Alvaro Dias (E) acusa o ministro de ter mentido na Câmara dos Deputados e de estar “subestimando a inteligência dos brasileiros” com o que disse no Senado

PDT também está dividido quanto a permanência no ministério

A permanência do ministro Carlos Lupi no cargo também não é consenso dentro do próprio PDT. O senador Pedro Taques (PDT-MT) afirmou que o ministro – independentemente da veracidade das acusações

– deveria se afastar da pasta enquanto o Judiciário e outros órgãos investigam o caso.

– Politicamente, os fatos são graves e merecem investigação. Precisamos da verdade. Com todo respeito ao partido, politi-

camente, não temos condições de exercer esse ministério. Partido político é muito importante, mas a defesa do patrimônio público e a confiança são mais.

Para Acir Gurgacz (PDT-RO), no entanto, Lupi “sai forta-

lecido da audiência e a sua permanência no ministério é muito importante para o PDT”. Já o presidente da legenda, deputado André Figueiredo (CE), declarou que o partido ainda não formalizou posição.

R\$ 7,6 bilhões serão investidos até 2014 para eliminar barreiras e permitir acesso a bens e serviços, com 150 mil vagas em cursos de qualificação profissional e ações distribuídas em educação, saúde, inclusão social e acessibilidade

Governo lança plano para inclusão e autonomia de pessoas com deficiência

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, participou ontem da cerimônia de lançamento do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Viver sem Limite, no Palácio do Planalto. Com previsão de R\$ 7,6 bilhões em investimentos até 2014, o plano busca promover

a inclusão social e a autonomia da pessoa com deficiência, ao eliminar barreiras e permitir o acesso a bens e serviços.

O Plano Viver sem Limite pretende oferecer até 150 mil vagas para a qualificação profissional das pessoas com deficiência. As ações previstas serão executadas

em conjunto por 15 órgãos do governo federal, sob a coordenação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e estão distribuídas em quatro eixos: educação, saúde, inclusão social e acessibilidade.

Em seu discurso, a presidente destacou que as ações de mo-

bilidade urbana do PAC 2 e da Copa de 2014 precisarão cumprir requisitos de acessibilidade.

Também compareceram à cerimônia os senadores Wellington Dias (PT-PI), que tem uma filha com autismo, e Lindbergh Farias (PT-RJ), que tem uma filha com síndrome de Down.



“Não há no planeta desastre maior que a fome”, afirma senador

Para Simon, Dia da Alimentação devia ser Dia da Fome

Pedro Simon (PMDB-RS) assinalou ontem a passagem do Dia Mundial da Alimentação, celebrado na véspera. Mas, para ele, com 1 bilhão de famintos no mundo, a data deve ser lembrada como o Dia Mundial da Fome.

A data foi criada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), que terá como presidente, a partir de 2012, o brasileiro Francisco Graziano da Silva.

Para Simon, não há o que comemorar. Ele afirmou ser possível homenagear ações, pessoas e governos por iniciativas na área, mas o principal é “cobrar, exigir, tomar consciência”.

O senador disse que a estimativa de 1 bilhão de famintos no mundo pode estar subestimada.

– Não há em todo o planeta desastre maior que a fome – afirmou o parlamentar.

Davim defende mais recursos para a saúde

Paulo Davim (PV-RN) defendeu que o Senado restabeleça o texto (PLS 121/07) do então senador Tião Viana de regulamentação da Emenda 29, obrigando a União a gastar 10% de suas receitas correntes brutas com saúde. A medida representaria R\$ 32 bilhões a mais no orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

– O SUS faz um verdadeiro milagre com poucos recursos. Dele dependem 90 milhões de brasileiros – salientou.

A regulamentação foi aprovada pela Câmara em setembro e voltou para o Senado. Pelo texto da Câmara, a União deve gastar com saúde o que foi empenhado no ano anterior, mais a variação nominal do produto interno bruto (PIB). Segundo Davim, do total gasto com saúde pública no Brasil, menos de 40% saem dos cofres da União.



Paulo Davim sugere que o Senado restabeleça projeto de Tião Viana



Presidente Dilma Rousseff (C) lança o Plano Viver Sem Limite no Palácio do Planalto, entre Sarney e o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia

Wellington elogia ação, mas quer aperfeiçoamento

Wellington Dias (PT-PI) elogiou ontem, em Plenário, o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Viver sem Limite, mas avaliou que é possível torná-lo melhor.

– Comemoro a apresentação desse plano e digo que vamos aperfeiçoá-lo ainda mais com a cobrança para que possa se tornar realidade.

Pai de Daniely, que tem autismo, ele apontou como necessidade não contemplada o reconhecimento de que os autistas e portadores da síndrome de Down têm uma expectativa de vida mais curta: cerca de 45 anos.

Atualmente, as regras para a aposentadoria são as mesmas das pessoas sem deficiência, com expectativa de vida acima dos 70 anos.



Senador aplaude iniciativa



Pimentel elogia salas de aula

José Pimentel ressalta união de esforços

José Pimentel (PT-CE) elogiou o Viver sem Limite, ressaltando que o programa une esforços da União, de estados, municípios e organizações da sociedade civil.

– O Viver sem Limite vem em um momento em que a sociedade começa a discutir como oferecer aos que são portadores de deficiência uma vida com melhor qualidade – declarou.

Pimentel explicou que está prevista a construção de novas salas de aula, com recursos multifuncionais, que podem viabilizar o encaminhamento ao mercado de trabalho de pelo menos 50 mil pessoas com deficiência. Segundo ele, o plano vai possibilitar a construção de 1,2 milhão de moradias adaptadas dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Anibal Diniz saúda Dilma pelo plano

Anibal Diniz (PT-AC) cumprimentou a presidente Dilma Rousseff pelo Plano Viver sem Limite e saudou a disposição do governo de fortalecer e ampliar seu compromisso contra a desigualdade e pela cidadania. Para o senador, o Plano mostra que o Brasil está atento a seus 45,6 milhões de habitantes com deficiência.

– O programa é amplo, inovador e de iniciativas positivas para os próximos três anos na busca de um Brasil mais inclusivo e de uma nação mais próspera e solidária. Para fazer isso com sucesso, precisamos da ação de todos – declarou.

Anibal Diniz disse ainda que o Plano Viver sem Limite vai “impactar positivamente milhões de brasileiros” com suas medidas contra a discriminação e a favor do respeito à diferença, à participação e à inclusão.

Renan lembra suas iniciativas para o setor

Renan Calheiros (PMDB-AL) destacou seu engajamento no tema da acessibilidade ao comemorar, em Plenário, o lançamento do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

– Esse é um dos temas que mais satisfação me trouxe na vida pública – afirmou. O parlamentar lembrou que, quando presidiu o Senado, instituiu a Semana da Acessibilidade. À época, o prédio do Palácio do Congresso passou por várias reformas para garantir acesso mais fácil às pessoas com deficiência.

Renan Calheiros também ressaltou que a Lei 10.098/00, voltada à promoção da acessibilidade, resultou de projeto apresentado pelo Ministério da Justiça quando ele comandava a pasta.



Renan: tema importante



Casildo Maldaner: comoção

Acessibilidade ruim afasta das ruas, diz Casildo

Casildo Maldaner (PMDB-SC) classificou o lançamento do Plano Viver sem Limite como um “ato de comoção”. Segundo o senador, existem hoje no Brasil cerca de 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, mas que nem sequer são vistas nas ruas.

– Ficam em casa, não têm condições de frequentar lugares onde as outras pessoas estão. Deu para ver a dimensão desse plano – afirmou.

Casildo enfatizou que os atos assinados pela presidente Dilma Rousseff comoveram os presentes à solenidade. Ele próprio se disse emocionado ao saber do plano e das medidas que facilitam a vida dessa parcela da população, permitindo que ela saia de casa, estude e participe da vida em sociedade.

Relatório do Código Florestal será lido na CMA na segunda e votado na quarta

Prevista inicialmente para ontem, a leitura do relatório de Jorge Viana (PT-AC) sobre o novo Código Florestal, na Comissão de Meio Ambiente (CMA), foi transferida para segunda-feira, com a votação confirmada para quarta-feira.

O adiamento foi motivado pela falta de tempo para exame das 62 emendas apresentadas ao projeto e pela dificuldade de entendimento sobre os aspectos polêmicos do texto, deixados para análise na CMA, última comissão antes do Plenário.

– A Comissão de Meio Ambiente recebeu esse material só na sexta-feira. Tivemos um feriado no início da semana e ficou mais difícil para o relator conversar com os senadores sobre as mudanças que estão sendo feitas por entendimento – explicou Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da CMA.

No mesmo sentido, Jorge Viana argumentou que a reforma do Código Florestal “não é um tema fácil” e deve ser “uma decisão do país”. Ao pedir o adiamento da leitura do relatório, ele disse querer evitar a apresentação de um texto que contenha “surpresas” sobre aspectos polêmicos.

– Conter um ou outro ponto novo, tudo bem, mas naqueles pontos que geraram polêmica, não pode ter surpresa, nem para quem pensa de um jeito e nem para quem pensa de outro. O tempo que precisamos agora é para aperfeiçoar o texto e para buscar o entendimento – explicou Viana, que já se reuniu com os ministros da Agricultura, Mendes Ribeiro, e do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Entre as questões polêmicas, estão os critérios para recuperação das áreas de preservação permanente (APPs).



Jorge Viana (D) afirma que seu relatório não pode ter surpresa em item polêmico

Emendas da CMA reforçam ações de fiscalização ambiental

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem relatório de Anibal Diniz (PT-AC) sobre emendas do colegiado ao projeto do Orçamento para 2012. Foram aprovadas quatro emendas, totalizando R\$ 803,3 milhões.

Duas delas destinam recursos ao Ministério do Meio Ambiente: uma de R\$ 200 milhões, para programas de gestão de resíduos sólidos, e outra, de igual valor, para recuperação de bacias hidrográficas.

Os senadores aprovaram ainda emenda de R\$ 303,3 milhões, para o Tribunal de Contas da União (TCU), e uma última, de R\$ 100 milhões, para atividades de fiscalização e controle realizadas pelo Ministério Público Federal.

Conforme explicou Anibal, foram apresentadas 33 emendas. Como a comissão só tem direito a quatro, ele optou por aquelas “com maior efeito em benefício para a sociedade”.

Sérgio Souza propõe ajuda por preservação

Por meio de emenda apresentada em Plenário ao projeto do novo Código Florestal, Sérgio Souza (PMDB-PR) pretende assegurar ajuda financeira aos produtores rurais que preservarem mais do que o previsto em lei.

A medida prevê que a criação de programa de apoio financeiro às propriedades rurais que preservarem mais do que o definido em lei, seja mantendo matas nativas, seja recuperando áreas degradadas.

Para o parlamentar, no Brasil, há a cultura de que inteligente é quem leva vantagem – como ser o primeiro a ser atendido enquanto dezenas esperam na fila. Para neutralizar esse pensamento, a proposta de



Senador acredita que produtor deve ser estimulado a preservar

Sérgio Souza visa premiar os que fizerem não apenas a sua obrigação, mas algo além dela.

O pequeno produtor rural, disse, vive de sua propriedade e precisa tirar dali renda suficiente para manter sua família e, ao mesmo tempo, cuidar da preservação ambiental. Se for compensado por isso, se sentirá estimulado a preservar sua propriedade.

Projeto de Ana Rita, aprovado ontem na Comissão de Agricultura, concede o benefício para compra de insumos como máquinas, equipamentos, tratores e caminhões

Agricultura familiar deve ter isenção de IPI para máquinas

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura familiar poderão receber isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Projeto de lei com esse objetivo, de Ana Rita (PT-ES), foi aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Por emenda do relator, Sérgio Souza (PMDB-PR), também receberão isenção pneus novos para máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões que já pertençam aos beneficiários.

A isenção poderá ser utilizada apenas uma vez ao ano, a não ser que ocorra destruição completa ou roubo dos bens. O benefício poderá ser anulado se o bem adquirido for alienado antes de dois anos, contados a data da aquisição, a pessoas que não satisfaçam as condições exigidas. Ainda poderá ser cancelado se houver comprovação



Observado por Gurgacz (E), Moka lê relatório de Sérgio Souza: incentivo à eficiência

de uso do bem em atividade diversa das previstas para isenção.

Sérgio Souza ressaltou no relatório, lido por Waldemir Moka (PMDB-MS), que a automação é importante para a eficiência do setor agropecuário, mesmo nas pequenas propriedades. A redução de impostos, destacou o relator, vai estimular o acesso a máquinas e equipamentos e, assim, fortalecer a agricultura

familiar, repercutindo na diminuição de preço dos alimentos.

De acordo com o projeto (PLS 395/11), o benefício será concedido a insumos adquiridos por agricultor familiar camponês ou empreendedor familiar rural. Agora, a matéria será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, antes de ser encaminhada à Câmara.

Empresas podem deixar de contribuir com o Incra

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou, ontem, projeto do então senador Ataídes Oliveira que visa extinguir a contribuição para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que é paga por todas as empresas e corresponde a 0,2% da folha salarial. A contribuição foi criada na instituição do Serviço Social Rural (Lei 2.613/55) e consolidada pelo Decreto-Lei 1.146/70.

Segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) destacados pelo relator, Jayme Campos (DEM-MT), a arrecadação dessa contribuição foi de R\$ 680

milhões em 2009 e R\$ 767,7 milhões em 2010. Até setembro de 2011, foram arrecadados R\$ 662,6 milhões e a previsão é de que atinja R\$ 916,4 milhões até o final do ano.

As empresas também contribuem para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), conforme observou Campos. Segundo relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), informou o senador, o sistema arrecadou, em 2010, R\$ 12,8 bilhões. O relatório também afirma que há falta de controle e de transparência dos gastos realizados pelas instituições beneficiárias.

O relator alertou que outra contribuição para o Incra, esta de 2,5% sobre a soma da folha mensal dos empregados e cobrada apenas das empresas do setor agropecuário, não será extinta, uma vez que é devida pelo segmento da economia diretamente envolvido com a finalidade e destinação da contribuição. Essa contribuição incide sobre as indústrias de cana-de-açúcar e laticínios; beneficiamento de chá e de mate; uva; extração e beneficiamento de café; extração de madeira para serraria, de resina, lenha e de carvão vegetal; matadouros ou abatedouros e charqueadas.

Comissão aprova regulamentação da equoterapia

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária também aprovou ontem a regulamentação da prática da equoterapia como método terapêutico e educacional. A proposta, do então senador Flávio Arns, dispõe sobre a utilização do cavalo em abordagem interdisciplinar para estimular o desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência.

Ao justificar o projeto (PLS

264/10), o autor afirma que as técnicas da equoterapia promovem benefícios físicos, psicológicos e educacionais aos praticantes e propiciam novas formas de socialização, autoconfiança e autoestima. De acordo com a proposta, o centro de equoterapia deverá ter personalidade jurídica, alvará oficial, instalações adequadas e equipe mínima.

Em seu relatório, Ângela

Portela (PT-RR) ressaltou a prática como método terapêutico destinado a pessoas com deficiência e como método educacional que ajuda na alfabetização, na socialização e no desenvolvimento de pessoas com necessidades especiais. Se transformada em lei, a matéria será regulamentada por comissão especial. Agora, o projeto será examinado pela CAE e, em caráter terminativo, pela CAS.



Terapia feita com cavalos promove benefícios físicos, psicológicos e educacionais aos seus praticantes

Senadora disse que a presidente Dilma Rousseff devia ficar envergonhada com a proposta de reservar apenas R\$ 1 milhão do Orçamento para o combate ao problema

Marinor cobra mais recursos contra o tráfico de pessoas

MARINOR BRITO (PSOL-PA) manifestou indignação, ontem, com a pequena verba, na proposta orçamentária do governo, destinada ao combate do tráfico de pessoas. Em pronunciamento no Plenário, ela pediu aos senadores a aprovação de emenda de bancada para reverter a situação. A parlamentar classificou como "molecagem" propor apenas R\$ 1 milhão para enfrentamento de um problema de grandes proporções.

– Eu fiquei envergonhada e

não sei nem por quê. Quem devia ficar envergonhada era a presidente da República, que fala em direitos humanos. Quem devia ficar envergonhado era o ministro do Planejamento, que desconsidera, por ignorância, mas porque quer ignorar, uma realidade dura, nua e crua da violação de direitos humanos neste país – protestou.

Segundo Marinor, o tráfico de pessoas gera lucros de mais de R\$ 32 bilhões por ano. A senadora também pediu que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ajude a CPI do Tráfico de Pessoas a identificar as rotas do crime.

– Nós estamos respondendo a uma lógica que precisa ser alterada: a lógica da conivência, a lógica de não denunciar, a lógica de fazer de conta que a política existe quando, na verdade, não existe.

Terras indígenas

A senadora lembrou, ainda, audiência realizada ontem reunindo a bancada do PSOL e o ministro José Eduardo Cardozo.

De acordo com Marinor, os parlamentares pediram ao governo que trate com seriedade os problemas vividos pelas comunidades indígenas e interfira nos conflitos de terras para evitar "derramamento de sangue".

CPI do Tráfico de Pessoas vai ao Rio Grande do Norte

Em reunião administrativa realizada ontem, a CPI do Tráfico de Pessoas, presidida por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), aprovou uma série de requerimentos que convidam autoridades para audiência a ser realizada no Rio Grande do Norte.

Os requerimentos solicitam aos respectivos órgãos naquele estado a indicação de representantes da polícia civil e da Polícia Federal e de membros dos ministérios públicos Estadual, Federal e do Trabalho. Outro requerimento solicita a presença de representante do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Rio Grande do Norte.

Também foi aprovado ontem convite a ser encaminhado ao ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça. O objetivo é debater a possibilidade de fazer mudanças no Código Penal com o intuito de combater o tráfico de pessoas.

Vicentinho Alves aponta suas prioridades

Os direitos dos aviadores, o incentivo às hidrovias e a defesa dos povos indígenas são os três assuntos que orientam o mandato de Vicentinho Alves (PR-TO). Aviador por formação, ele disse que já requereu a criação de subcomissão que trate de aviação civil.

Em relação às hidrovias, alertou para os problemas provocados pela construção de hidrelétricas sem eclusas, fechando os rios à circulação. Projeto de sua autoria (PLS 497/11) obriga a construção de eclusas em todas as hidrelétricas a serem instaladas.

Suplicy comenta reportagem com o traficante Nem

Eduardo Suplicy (PT-SP) comentou matéria da revista *Época* em que a jornalista Ruth de Aquino narra encontro com Antônio Francisco Bonfim Lopes, o Nem, então chefe do tráfico de drogas na favela da Rocinha. A entrevista ocorreu uma semana antes de Nem ser preso em operação da polícia fluminense, pouco antes da ocupação da Rocinha pela polícia, em conjunto com a Polícia Federal e as Forças Armadas.

Suplicy considerou a reportagem "formidável", afirmando a importância de assegu-



Projeto do senador obriga que hidrelétricas tenham eclusas

No que diz respeito aos índios, o senador destacou ter apresentado proposta (PLS 173/11) de criação da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas, já aprovada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).



Para senador, renda básica de cidadania reduziria poder do crime

rar a todos os que vivem na Rocinha, e em outras regiões metropolitanas, uma renda básica de cidadania. Isso evitaria, segundo ele, o surgimento das condições que hoje levam muitas pessoas ao crime organizado e ao tráfico de drogas.



Marinor classifica de "molecagem" proposta do governo sobre o tema

Mesa pode examinar hoje relatório de Cícero Lucena sobre mandato de Capiberibe

A Mesa do Senado escolheu o 1º secretário da Casa, Cícero Lucena (PSDB-PB), para elaborar relatório sobre o caso João Capiberibe (PSB-AP), que recebeu votos suficientes para ser eleito para o Senado em 2010, mas foi barrado pela Lei da Ficha Limpa, posteriormente considerada, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), inaplicável naquele pleito. Capiberibe conseguiu, na Justiça, o direito de tomar posse e foi recentemente diplomado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amapá. Na quarta-feira, ele apresentou à Secretaria-Geral da Mesa a documentação necessária para assumir o mandato.

Gilvam Borges (PMDB-AP), que poderá perder o cargo com a chegada de Capiberibe, terá

cinco dias úteis para apresentar argumentos que possam justificar sua permanência. O mesmo procedimento foi aplicado recentemente no caso da posse de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e da saída de Wilson Santiago (PMDB-PB).

O prazo foi dado a Gilvam Borges com base na Constituição (artigo 55, V §3º) e no Regimento Interno (artigo 32, V), que preveem o direito de ampla defesa aos parlamentares que tiverem a perda de mandato decretada pela Justiça Eleitoral. O mandato de Gilvam, que está licenciado, vem sendo exercido pelo suplente Geovani Borges (PMDB-AP).

– A Mesa vai proceder da mesma forma que procedeu no

caso anterior, do senador Cássio Cunha Lima. É praxe da Casa, e não podia ser diferente, cumprir a independência dos Poderes,

no caso, a decisão do Supremo Tribunal Federal – disse Cícero.

A expectativa da Mesa, de acordo com o senador, é voltar

a se reunir hoje, ou na segunda-feira, para a apresentação do relatório.

Nas eleições de 2010, Capiberibe foi o segundo mais votado para o Senado no Amapá, recebendo mais de 130 mil votos. Ele foi eleito senador pela primeira vez em 2002, mas foi cassado em 2004, sob acusação de compra de votos.

Com a posse de Capiberibe, o PSB ficará com quatro senadores entre os 81 da Casa: ele próprio, Lídice da Mata (BA), Rodrigo Rollemberg (DF) e Antonio Carlos Valadares (SE).



Cícero Lucena (D) em reunião da Mesa em que foi designado como relator

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves

e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Ana Amélia • Vanessa Grazziotin • Waldemir Moka

• Pedro Taques

* Licenciado

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF

Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Congresso celebra Dia da Bandeira neste sábado

Em parceria com a Câmara, o Senado comemora amanhã, às 11h30, o Dia da Bandeira.

A cerimônia de hasteamento, aberta ao público, acontece na rampa do Palácio do Congresso Nacional e terá a participação de parlamentares, autoridades e alunos das escolas públicas do Distrito Federal.

Alunos do Colégio Militar e da Banda do 1º Regimento de Cavalaria de Guarda do Exército participarão do ato cívico. Após o hasteamento da bandeira, haverá uma demonstração de salto livre do Exército Brasileiro, com o apoio da Força Aérea.

A partir das 10h, o Sesc-DF promoverá atividades recreativas para crianças e oficinas para a terceira idade.



Senador Pedro Taques discursa sobre os 122 anos da República

Para Taques, não há República se não há ética na política

Pedro Taques (PDT-MT) disse que não é possível haver uma verdadeira república se não houver ética na política. Lembrando os 122 anos da República brasileira, ele afirmou que os políticos precisam ter o civismo como qualidade essencial.

– Não é possível construir uma nação próspera com corrupção, excessos, compadrios, feudos partidários nos ministérios.

Taques disse que, no Brasil, existe um “presidencialismo imperial de coalizão”. A consequência, acrescentou, é a “total submissão” do Poder Legislativo e dos partidos políticos.

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que o país que é a sétima potência econômica e ocupa o 84º lugar no índice de desenvolvimento humano (IDH) não é uma verdadeira república.

Acordo permite retomada de trabalhos do Parlasul

Brasil e Uruguai chegaram a consenso sobre como mudar o Regimento Interno do Parlasul, que realizará sua primeira reunião do ano no dia 29, em Montevidéu

ACORDO FIRMADO ONTEM entre as representações do Brasil e do Uruguai, a respeito de mudanças no Regimento Interno do Parlamento do Mercosul (Parlasul), deverá permitir a retomada das atividades do órgão legislativo regional. A primeira sessão deste ano está prevista para o dia 29, em Montevidéu, Uruguai, quando ocorrerá a posse dos 37 novos parlamentares brasileiros e deverão ser aprovadas as mudanças regimentais e o orçamento para 2012.

Os integrantes da Representação Brasileira no Parlasul aprovaram a sugestão uruguaia de alteração no Regimento Interno, com apenas duas mudanças. Por sugestão do presidente da Representação, senador Roberto Requião

(PMDB-PR), será instalada uma comissão permanente de revisão das normas regimentais. E, a pedido do deputado Dr. Rosinha (PT-PR), indicado para o cargo de vice-presidente do parlamento, será reduzida a maioria necessária à aprovação de normas internas do Parlasul, como a criação de estatuto dos funcionários e de manual geral de procedimentos financeiro-contábeis.

– Com isso, chegamos a um consenso – disse Requião.

Normas internas

Para a aprovação de normas internas, segundo a proposta inicial uruguaia, seria necessário maioria qualificada – ou seja, o voto afirmativo da maioria absoluta da representação de cada país do bloco.

Para obter o acordo, os uruguaios concordaram em estabelecer, nesses casos, maioria absoluta, isso é, a aprovação por mais da metade do total de integrantes do parlamento.

Segundo o texto acordado, os anteprojotos de normas – proposições que visam harmonizar legislações dos países do Mercosul, dirigidas aos parlamentos nacionais – passam a ser aprovados por maioria qualificada no Plenário e maioria simples nas comissões. Os projetos de norma – proposições normativas apresentadas para apreciação do Conselho do Mercado Comum, órgão máximo decisório do Mercosul – permanecem sendo aprovados por maioria simples nas comissões e, no Plenário, por maioria absoluta.



Na reunião, deputado Dr. Rosinha (E), ao lado do senador Roberto Requião, que preside a Representação Brasileira

Objetivo é garantir os direitos dos países menores

Os pareceres sobre propostas de mudanças só serão aprovados nas comissões – mesmo que apenas por maioria simples – quando obtiverem a assinatura de pelo menos um parlamentar de cada representação nacional. As decisões da Mesa Diretora, hoje adotadas por maioria simples, passarão a ser feitas por consenso. E cada representação passará a ter o direito – desde que por unanimidade de seus membros presentes – de retirar itens da ordem do dia.

– Nosso principal objetivo é o de estabelecer salvaguardas

dos direitos dos países menores do bloco, Paraguai e Uruguai – explicou Doreen Javier Ibarra, que compareceu ao encontro com os parlamentares Gustavo Borsari, Juan Anble Vázquez e Ruben Martínez Huelmo, este presidente da Representação Uruguaia.

Ana Amélia (PP-RS) defendeu o entendimento em torno das regras do regimento, apontando a importância de o Parlasul retomar seus trabalhos, interrompidos desde dezembro de 2010.

– O mais importante é que as sociedades de nossos países

nos vejam funcionando – disse.

As mudanças regimentais serão simultâneas à ampliação das representações da Argentina e do Brasil, em uma nova etapa de transição para a implantação definitiva do Parlasul. Nessa etapa, quando os integrantes ainda serão indicados pelos respectivos parlamentos nacionais, os dois países menores – Paraguai e Uruguai – manterão as bancadas de 18 parlamentares cada um. A Argentina passará a contar com 26 representantes, e o Brasil, com 37 – dos quais 27 deputados e dez senadores.



Vanessa Grazziotin discute relações comerciais e culturais entre os países

Vanessa relata encontro, em Cuba, com autoridades

Coordenadora do grupo que une parlamentares brasileiros e cubanos, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) relatou sua recente viagem a Cuba. A senadora disse que durante três dias teve a oportunidade de se encontrar com importantes autoridades cubanas – entre elas o deputado Ricardo Alarcón, presidente do parlamento – com as quais discutiu as relações comerciais e culturais entre os dois países.

Em abril, lembrou Vanessa, o Partido Comunista cubano aprovou uma série de mudanças a serem operadas no país. Ela disse ainda que o presidente Raúl Castro vem aprovando inúmeras resoluções que implicarão transformações importantes para a população cubana.

Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou apoio ao discurso.

Jorge Viana lembra incorporação do Acre ao Brasil

Os 108 anos do Tratado de Petrópolis, que incorporou o Acre ao território brasileiro, foram comemorados por Jorge Viana (PT-AC). Segundo o senador, a “longa e árdua” conquista do Acre custou a vida de muitos brasileiros e bolivianos.

Viana disse que o lado brasileiro da Estrada do Pacífico ficou pronto quando ele ainda era governador do estado, em 2006. Já em 2011, foi concluído o lado peruano. Com a estrada, disse, “o território acriano começou a mudar o mapa da economia do país”: os produtos brasileiros passam a ter acesso a portos peruanos e, de lá, à Ásia e à costa oeste dos Estados Unidos.

O senador disse ainda que a zona de processamento de exportação (ZPE) do estado, criada em 2010, é a que está em estágio mais avançado no país.

No Senado, Miriam Belchior fará balanço do PAC

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, deverá falar na semana que vem à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) sobre o andamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A audiência está marcada para quinta-feira.

– Achei melhor convidar apenas a ministra Miriam Belchior porque não teríamos como ouvir todos os ministros setoriais. Como a coordenação do PAC está sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento,

poderemos obter dela uma visão geral do andamento do programa – explicou a presidente da comissão, Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Um dia antes, na quarta-feira, a Comissão de Serviços de Infraestrutura realizará uma audiência que terá como finalidade esclarecer denúncias de superfaturamento nos contratos das obras de reforma e de modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, localizada no município de Araucária (PR).

A realização dessa audiência pública foi sugerida por Alvaro Dias (PSDB-PR), a partir de informações publicadas pela revista *Época*, no dia 10 de outubro.

Deverão participar da audiência da próxima quarta-feira no Senado o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Valmir Campelo, o secretário de Fiscalização de Obras do TCU, Eduardo Nery Machado Filho, e o delegado da Polícia Federal (PF) Felipe Eduardo Hideo Hayashi.



Lúcia Vânia anuncia que ministra deverá participar de audiência na Comissão de Serviços de Infraestrutura

Em conversa com governador do Espírito Santo, presidente Dilma defendeu que, em razão da falta de consenso, decisão sobre a partilha da renda do petróleo seja tomada apenas no ano que vem; projeto agora está na Câmara

Ferraço e Humberto apoiam adiamento da definição sobre *royalties* para 2012

A OPINIÃO DA presidente Dilma Rousseff de que as regras para a partilha dos *royalties* do petróleo devem ser definidas apenas em 2012, e não neste ano, recebeu apoio de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Humberto Costa (PT-PE) – ambos os senadores haviam adotado posições divergentes em relação ao substitutivo aprovado pelo Senado e enviado à Câmara dos Deputados.

Para eles, ao defender o adiamento da decisão final, Dilma estimula o Congresso a amadurecer o debate e sinaliza sua disposição para colaborar com o entendimento entre estados produtores e não produtores de petróleo.

– Isso alimenta a expectativa de que o governo poderá ajudar na solução – afirmou Humberto.

Mesmo tendo votado a favor do substitutivo de Vital do Rêgo (PMDB-PB) – que reduziu parcelas dos *royalties* e das participações especiais da União e dos estados e municípios produtores, para ampliar as transferências para os não produtores –, Humberto disse que não se opõe a ajustes na proposta.



Ricardo Ferraço afirma que contratos em vigor precisam ser respeitados

– Se há a oportunidade de melhorar o que já foi feito, não temos nada contra.

Ricardo Ferraço, por sua vez, disse não acreditar que, em reação ao esperado adiamento do debate sobre a matéria, os defensores do substitutivo pressionem para que seja antecipada a votação do veto presidencial à Emenda Ibsen.

A emenda retira recursos dos



Humberto Costa diz que governo poderá ajudar a chegar a consenso

estados produtores e responsabiliza a União por compensar-lhes as perdas.

– Não parece que esse seja o sentido, mas o de trabalhar com o tempo, o senhor da razão, para a construção de alternativas – disse Ferraço.

Na avaliação do senador, a presidente está orientando o debate preocupada com o “conjunto dos interesses do país”.

Segundo ele, Dilma também se manifestou contra o rompimento do regime de distribuição dos contratos relativos aos campos já concedidos – o que prejudica a União e os municípios e estados confrontantes das áreas de produção no mar, caso do Espírito Santo, estado que o senador representa.

– O respeito às concessões feitas significa que não somos o país do vale-tudo, que os contratos têm que ser respeitados – afirmou Ferraço.

Um dos motivos que levariam ao adiamento da decisão são as dúvidas em relação às receitas das participações governamentais projetadas no substitutivo de Vital do Rêgo, ainda de acordo com Ricardo Ferraço.

Segundo ele, o relator no Senado trabalhou com números “não realistas”, que divergem dos projetados pela Petrobras e pelo Ministério de Minas e Energia.

Dilma ainda não se manifestou oficialmente sobre a questão dos *royalties*. O desejo do adiamento foi relatado pelo governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, que havia se reunido com ela.

Lindbergh: prejuízo para a pacificação do Rio

A retomada da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro pelas forças policiais e a instalação de mais uma unidade de polícia pacificadora (UPP) mudaram a realidade do estado, na opinião de Lindbergh Farias (PT-RJ). No entanto, alertou, esse trabalho poderá ser prejudicado caso o Congresso aprove e a presidente Dilma Rousseff sancione a nova distribuição dos *royalties* do petróleo.

– Toda a política de segurança pública está em xeque por causa

da redistribuição dos *royalties* – disse o senador na quarta-feira.

Segundo Lindbergh, serão retirados do orçamento do Rio de Janeiro cerca de R\$ 3,3 bilhões já no próximo ano e isso será um baque para as políticas públicas. O senador mencionou dados relativos ao crescimento do estado, sempre inferior à média brasileira desde a transferência da capital para Brasília, para destacar que agora, no momento em que o Rio “está lutando e melhorando”, a população do

estado será prejudicada com a redução de recursos.

O debate do projeto no Senado, segundo Lindbergh, foi feito de forma mesquinha e enviesada, e a cifra mencionada pelos representantes dos estados não produtores, de que haveria a geração de R\$ 79 bilhões de *royalties* e participações especiais, foi inflada. Conforme o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, será de cerca de R\$ 56 bilhões, assinalou o senador.



Debate no Senado foi mesquinho e enviesado, acusa Lindbergh Farias

Randolfe Rodrigues pede federalização do ensino público

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse ontem que é preciso federalizar a educação. O senador lembrou que o Plano Nacional de Educação (PNE) deve ser votado na próxima semana na Câmara dos Deputados. O PNE (Projeto de Lei 8.035/10) tem o deputado Angelo Vanhoni (PT-PR) como relator.

O parlamentar disse crer que o PNE é insuficiente para o país, já que o projeto recebeu 2.900 emendas na Câmara. Para Randolfe, um dos temas mais importantes é a expansão do ensino superior. Ele lamentou que a iniciativa privada tenha mais ações nesse sentido e afirmou que essa expansão deve focar nas instituições públicas de forma regionalizada.

Randolfe disse também que é preciso investir na formação de mestres e doutores, lamentou que a região Norte tenha pou-



Senador lamenta que a região Norte tenha poucos mestres e doutores

cos pós-graduados e disse que o Amapá tem 16 instituições de ensino superior, sendo que apenas duas são públicas. Segundo ele, essa situação mostra as desigualdades regionais e reforça a necessidade de novo debate sobre o pacto federativo.

Cícero Lucena sustenta crítica de fiscais ao governo da Paraíba

Cícero Lucena (PSDB-PB) leu ontem nota do Sindicato dos Servidores Fiscais Tributários do Estado da Paraíba (Sindifisco-PB) em resposta a nota oficial do governo da Paraíba sobre a greve dos servidores da Receita estadual. O Sindifisco afirma, na nota lida pelo senador, que o governo do estado “tenta manipular informações e enganar o povo da Paraíba”.

Na nota, a entidade lembra que a Lei de Subsídio prevê reajuste salarial para o fisco quando esse atinge as metas de arrecadação previstas pelo governo. Segundo o Sindifisco, as metas foram atingidas em relação ao ano de 2009, mas o reajuste que deveria ter sido pago em duas parcelas em janeiro e em julho de 2011 não havia sido acertado até setembro, mesmo com aumento de R\$ 300 milhões na receita.



Senador lê nota do sindicato dizendo que governo pode pagar reajuste

– O governo Ricardo Coutinho não honrou o pagamento do reajuste em 2011 e nada indica que pagará o previsto para 2012 – disse o senador.

A nota do Sindifisco rebate todos os argumentos da nota oficial do governo paraibano.



Foto: de Waldemir Bonetto/Senado Federal

Para senador, Tebet foi referência política para o país e seu estado

Antonio Russo homenageia Ramez Tebet

Em homenagem ao falecido senador Ramez Tebet (1936–2006), Antonio Russo (PR-MS) lembrou a trajetória do político desde sua formação, em Direito, até sua chegada ao Senado.

– Foi uma das principais referências políticas de Mato Grosso do Sul – resumiu.

Antonio Russo disse que Tebet era um grande orador e um grande criminalista, tendo modernizado Três Lagoas, quando foi prefeito do município sul-mato-grossense. O senador ainda elogiou a simplicidade e a luta de Tebet pela vida, já que ele enfrentou um câncer até a morte, sempre sem se comportar como vítima.

O senador ressaltou que Tebet ocupou a Presidência do Senado entre 2001 e 2003, em um “momento conturbado”. Após uma série de denúncias, o então presidente da Casa, Jader Barbalho, do PMDB, renunciou ao mandato. Com a renúncia de Jader, um amplo acordo político de emergência resultou na saída de Tebet do Ministério da Integração Nacional para ser eleito presidente do Senado.

– Ramez Tebet foi um exemplo para a política brasileira e um marco para Mato Grosso do Sul – resumiu.

Figura de grande carisma, ressaltou Waldemir Moka

Os cinco anos da morte de Ramez Tebet também foram ressaltados por Waldemir Moka (PMDB-MS), segundo o qual, nos 32 anos de vida pública, Tebet foi uma das figuras mais carismáticas com quem conviveu.

– Era um grande orador que entusiasmava qualquer tipo de plateia, tinha uma vida política impecável. Não me lembro de ter sido acusado de qualquer coisa que pudesse macular sua honra – afirmou Moka, lembrando que Tebet também foi ministro da Integração Nacional e presidente do Senado.

O senador Jayme Campos (DEM-MT) aparteu Moka para também prestar homenagem ao falecido parlamentar de Mato Grosso do Sul, que classificou como um dos homens públicos mais corretos do país.